

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO.de eografia

INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VOL 9/10 Nº 1/2 - JAN/DEZ 1989/1990



CAPITALISMO X PROTEÇÃO AMBIENTAL

Horieste Gomes(*)

A abordagem da questão ecológica/ambiental passa, necessariamente, pela abordagem de classes da sociedade brasileira. Isto significa que a luta no sentido da preservação e utilização racional do território brasileiro só pode surtir o efeito desejado - transformação da Natureza e da Sociedade em ambientes sociais humanizados - se adotarmos uma postura de enfrentamento político efetivo contra a classe social (burguesia urbano/rural) que, embora seja minoria sob o ponto de vista quantitativo, detém a posse absoluta dos principais meios de produção (a terra, as indústrias, o capital, os transportes, a tecnologia, etc). Esses detentores da propriedade privada dos recursos e das riquezas do nosso país estão em oposição à grande maioria da sociedade brasileira representada pelos trabalhadores reais, notadamente os operários e camponeses, bem como os demais segmentos progressistas da sociedade brasileira (em especial as categorias sindicalizadas e associadas), que se encontram marginalizadas do usufruto gerado pelo seu próprio trabalho.

A penetração maciça do grande capital multinacional, com trajetória bastante marcada a partir dos governos Dutra, Juscelino e, principalmente, após a implantação da ditadura político/militar no Brasil (abril de 64) desestabilizou a interação mútua interdependente natureza/sociedade rompendo profundamente os equilíbrios vitais das espécies vivas animais e vegetais, inclusive o homem, na proporção em que os ecossistemas foram e continuam sendo alterados e mesmo destruídos pela ambição desenfreada do ser humano no sentido de amealhar riquezas. O espaço natural foi transformado em mercadoria rentável destinada à capitalização a favor da burguesia nacional e transnacional.

Destituíram a estabilidade profissional, cultural e

(*) Professor do Departamento de Geografia da UFG

social do nosso camponês, impondo-lhe um novo modus vivendi. Em virtude da penetração do capitalismo no campo, viu-se forçado a vender sua propriedade (pessoal) ou tornar-se arrendatário; submeter-se à condição de assalariado ou migrante marginalizado sem terra (bóias-frias, volantes, araras) que perambulam pelo Brasil afora à cata de serviços na zona rural e nos espaços urbanos das médias e grandes cidades, onde lhes são impostas mudanças radicais em seu comportamento econômico e social que os conduzem, rapidamente, a uma crescente e desumana pauperização em termos de padrão existencial.

A ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO VERDE

A denominada Revolução Verde levada à prática nas décadas de 40 e 50 sob o patrocínio de fundações internacionais (Ford, Rockefeller, Instituto Kellog ...) encobertas sob o falso lema malthusiano de combate sistemático à fome do Terceiro Mundo (México, Índia, Filipinas, outros). Foi uma experiência colocada em prática pela nova divisão internacional do trabalho imposta pelo capitalismo, a fim de implantar a industrialização de base química nos países subdesenvolvidos e dependentes, nos anos subsequentes, a II Grande Guerra.

A industrialização agro-pecuária passava agora a contar com insumos, envolvendo uma imensa gama de produtos que vão desde os implementos agro-industriais até os chamados defensivos agrícolas, além da produção e consumo de sementes selecionadas, etc. O capitalismo transforma as médias e grandes cidades, por meio da implantação do capital financeiro (fusão do capital bancário com o industrial), em entrepostos de captação e comercialização das riquezas produzidas no campo, e, o espaço regional das diversas regiões brasileiras passa a fazer parte do espaço de totalidade (espaço integrado) do mundo do capital internacional. O Brasil incorpora-se na condição de subsistema dependente ao capitalismo desenvolvido. A partir daí assistimos à violações de toda ordem, em nome da política desenvolvimentista, da política exportadora para capitalizar, da política de captação de recursos externos, em nome de super-safras disfarçadas sob a égide do progresso econômico e social, etc...

Como sabemos, a Revolução Verde substituiu os conhe

cidos cultivos tradicionais por reduzido número de variantes geneticamente uniformes, eliminando-se assim a complexidade dos cultivos (a policultura) e favorecendo a monocultura de poucas espécies destinadas à exportação. Esta substituição dos cultivos tradicionais e de seus ancestrais silvestres por poucas variedades uniformes além de reduzir as possibilidades de futuros melhoramento em termos de dieta alimentar mais variada em quantidade e qualidade; de reduzir a mão-de-obra historicamente camponesa; assalariar e sub-assalariar um número muito elevado de pequenos produtores, de tornar os agricultores mais dependentes de cultivos caros e exigentes de insumos; determinou o patente desenvolvimento das multinacionais que operam nos ramos dos fertilizantes minerais, dos agrotóxicos, das sementes, dos implementos agro-pastoris, etc...

Conivente com o capital financeiro o Estado brasileiro passou a se comportar como um subsistema do sistema capitalista mundial:

a divisão internacional do trabalho impôs a regionalização dos espaços nos países dependentes via economia livre de exportação, integrando assim os espaços regionalizados ao espaço do capital multinacional.

Na fase industrial financeira a que estamos submetidos, o modo de produção capitalista é totalmente incompatível com a utilização racional do meio ambiente em vista de contrariar frontalmente o processo de otimização da biosfera. Do mesmo modo, a economia de mercado livre é também incompatível com a planificação social, pois esta exige que haja efetiva correspondência social entre a produção e o meio ambiente submetido à produção, atitude que não é assumida pelos detentores dos meios de produção (empresários nacionais e internacionais); a proteção ao meio ambiente implica em mais gastos, portanto, em menos lucro, postura que contraria a lei que rege a produção e reprodução capitalista:

"a maximização do lucro e minimização das perdas".

Ao longo da história da agricultura mundial foi-se operando uma diminuição gradativa das espécies cultivadas ou possíveis de serem cultivadas. Segundo especialistas:

- . nos primórdios da agricultura havia em torno de 500 tipos de vegetais agricultáveis (coleta e colheita);
- . no transcurso do primeiro milênio houve redução para, aproximadamente, 200 espécies e apenas cerca de 80 foram trabalhadas e comercializadas;
- . hoje são, em média, 20 espécies que respondem por 90% da alimentação humana, sendo que apenas 3 produtos - arroz, trigo e milho - respondem por 75% da dieta mundial consumida.

Com a padronização progressiva da dieta alimentar brasileira em termos do reduzido número de produtos de consumo, houve uma diminuição patente do padrão alimentício do nosso povo. Esta redução tão drástica conduziu à práticas agrárias com tecnologia assentada em mecanização livre (ampla) e emprego abusivo de defensivos agrícolas (agrotóxicos) responsáveis pela destruição muito rápida das diversidades das espécies animais e vegetais - fundamentais ao equilíbrio biomorfoclimático -, mutilação e mesmo eliminação de múltiplos ecossistemas naturais no território brasileiro.

Desta forma, assistimos nos dias atuais, a uma comprovada violação e violentação dos nichos ecológicos que se distribuem pela superfície ocupada pelos biomas vegetais e que recobrem os nossos solos (o da floresta, o do cerrado, o da mata, o da caatinga, o dos gerais, o do pantanal, etc.), constituindo-se assim em flagrante prejuízo para a nossa sociedade do presente, e ao mesmo tempo, coloca em risco a sobrevivência (aqui tomada em padrões dignos de existência) da nossa futura sociedade.

A complexidade das espécies vivas animais e vegetais revela N diversidades, e é de fundamental importância para a sociedade humana beneficiar-se da natureza em sua totalidade. Quanto mais o ecossistema for simplificado em termos de espécies, mais vulnerável ele se torna e as cadeias alimentares se rompem com mais facilidade, havendo então perda substancial de energia potencial. Simultaneamente, vai-se firmando o domínio das pragas em relação às espécies não nocivas para o homem. Segundo dados estatísticos, havia no Brasil na década de 50, cerca de 193 pragas conhecidas; em

1976, elas já perfaziam o quantitativo de 593 novas espécies; hoje, o número deve ser bem mais elevado. O grande responsável por este desequilíbrio ecológico são os agrotóxicos empregados, em grande parte, nas monoculturas de exportação, pelo fato de eliminarem em decorrência da destruição dos ecossistemas - os consumidores das espécies nocivas em nosso habitat.

O PODER POLÍTICO E ECONÔMICO DA BURGUESIA

Nos dias atuais, o domínio da base econômica pelo complexo das multinacionais estrangeiras, das empresas de capital misto vinculado a um Estado dependente como o Brasil possibilita à burguesia facilidades de toda ordem para praticar desmandos no nosso espaço de vivência, uma vez que ela transforma o ambiente natural/social numa simples mercadoria destinada a gerar altíssimos dividendos numa menor fração de tempo. O capitalismo, assumido ideologicamente pela classe que lhe dá sustentação e que se justifica como classe exploradora (a burguesia), se guia pela sua lei máxima de reprodução: produzir e comercializar para obter o lucro máximo, via exploração da mais-valia da força de trabalho, impondo constantes arrochos salariais aos trabalhadores; especulando sobre os preços das mercadorias em prejuízo dos consumidores; eliminando os mais fracos, enfim, acumulando e concentrando as riquezas do país em suas mãos. Tendo o domínio da base econômica dos meios de produção, que é determinante (não a única determinante), os burgueses nacionais e transnacionais manipulam, na medida dos seus interesses, as diversas formas de consciência social, isto é, a superestrutura da sociedade (jurídica, educacional, ética, filosófica, ideológica, científica, religiosa, estética, etc), utilizando-se do aparato dependente impõem a ordem jurídica/institucional afim de valer a moral burguesa. Aos descontentes, isto é, aos que se contrapõem ou questionam o "status quo" vigente (os trabalhadores operários, camponeses, as pequenas e médias camadas progressistas da sociedade, incluindo estudantes, profissionais em suas múltiplas categorias, funcionários públicos e privados, etc), o aparelho militar do Estado dependente tem imposto ao longo das décadas "o poder da força para fazer valer a força do poder". Dominando a base material/econômica e tendo o controle político do aparelho estatal fica deveras fácil para a classe burguesa controlar as formas de consciência social a fim de impor o seu "modelo de desenvolvimento" ,

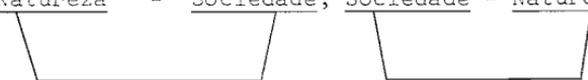
que, no fundamental, contraria frontalmente o binômio interdependente para impor seu domínio político, econômico e cultural sobre a nação brasileira, a burguesia encontrou na estrutura do sistema capitalista dependente (dependência política, econômica e tecnológica), as condições concretas objetivas e subjetivas favoráveis ao seu perfeito desempenho capitalista. Vejamo-las:

- . existência no país de estruturas política subdesenvolvidas;
- . abundância de potencial de recursos naturais (RN) renováveis e não renováveis e de matérias-primas existentes em múltiplas extensões do nosso território geográfico;
- . numerosa mão-de-obra ativa e de reserva submetida a baixos salários (mais de 70% está submetida a um único salário mínimo) e destinada a produzir ganhos e bens rentáveis à capitalização;
- . comunidades atrasadas e submetidas ao analfabetismo político, portanto, dotadas de baixo nível de consciência política, tornando-se acríticas e alienadas quanto ao processo histórico transformador;

...

Vejamos agora como numa sociedade classista, a burguesia, definida não simplesmente pela sua origem de classe, mas sim por ser a classe detentora dos meios de produção, se comporta no trato com a natureza e com a Sociedade.

Inicialmente, é bom reforçarmos a lógica científica da interdependência Natureza - Sociedade, Sociedade - Natureza



no sentido de compreendermos as duas variáveis fundamentais - autonomia e dependência - para entendermos de forma mais correta e racional o papel das relações homem-natureza em termos de patrimônio social para todos os membros da sociedade brasileira; no caso, co-

mo exemplo, o marco da espacialidade brasileira.

A autonomia da Natureza advém das leis naturais que determinam o processo regulador dos ciclos naturais que dão continuidade à reprodução nova do ambiente natural (ecossistema) permitindo que as espécies vivas animais e vegetais dêem sequência às suas funções básicas de existência: alimentação, reprodução e territorialidade. Estas funções mantêm o equilíbrio natural dos ecossistemas (nichos ecológicos) em suas bases inorgânicas e orgânicas (biótipo e biocenose), e contribuem assim, de forma concreta, para que a sociedade brasileira desfrute da ambiência natural e social de que necessita para seu viver condigno.

A autonomia da sociedade advém da mesma forma, do processo regulador das leis históricas e sociais que dão continuidade de reprodução nova à sociedade humana. A cada momento de maturidade natural e social num determinado espaço natural ou natural/humanizado surgirão mutações novas, em decorrência de acúmulo ou desacúmulo (quantidades), ocorridas na composição dos elementos que integram a natureza e a sociedade. Desse modo, quando o homem destrói uma mata ocorrerá não somente um acúmulo de solos expostos que serão lixiviados com o passar do tempo, como também haverá um desacúmulo (perda) de solos férteis, em decorrência da biomassa vegetal e animal sofrer uma profunda redução, impedindo que haja uma boa formação de húmus (camada húmifera), matéria orgânica vital à fertilidade dos solos. No espaço urbano, um exemplo ilustrativo é o fato do migrante rural submetido ao violento processo de capitalização no campo reforçar em padrões numéricos a população citadina (acúmulo); e, em contrapartida, esta mão-de-obra camponesa imigrada reforça o exército de reserva de desempregados citadinos, o que contribui para um maior índice de demissões de trabalhadores (desacúmulo) das empresas aonde trabalham, além de reduzir o salário real do trabalhador urbano (desacúmulo) em razão dos trabalhadores rurais aceitarem, por razões de sobrevivência, salários mais baixos.

Tanto a Natureza quanto a Sociedade são realidades objetivas dinâmicas, o que significa que, sem a intervenção "maléfica" do homem elas sempre se reproduziriam na dimensão de valores superiores, tanto para a sociedade, quanto para a natureza em si mesma.

A dependência está para a Natureza no sentido de que, para se reproduzir como natureza nova, isto é, ser provida de valores geneticamente novos, necessita ser respeitada como Natureza, isto é, o homem não pode violentar os ciclos naturais que dão vida às espécies vivas em seus habitats específicos de vivências. Por sua vez, a Sociedade depende "in totum", podemos assim dizer, do patrimônio natural, pois, como sabemos, é da natureza que o ser humano extrai todos os recursos naturais que serão transformados em riquezas, fundamentais a sua existência como espécie viva dotada de consciência social. Não se trata de uma dependência cativa mas sim interdependência, o que vem a se constituir em reciprocidade mútua em termos de trocas. Entretanto, não podemos trabalhar as duas realidades objetivas concretas que possuem existências reais independentes do que as pessoas pensam delas, (elas existem por si mesmas) sob uma visão dicotômica, dualista, uma vez que as duas realidades se fundem numa única realidade integrada Natureza Una). Vejamos como se processa no nosso país a interação mútua que buscamos, hoje tão violada pelos impactos ambientais causados pela burguesia nacional e transnacional que transforma o quadro natural e humano em espaços/mercadorias. O homem pelo seu trabalho produtivo introduz nos territórios naturais e sociais sua marca de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social. Isto quer dizer que ele plasma no ambiente natural e social sua dimensão de civilização. Processa-se então uma determinada humanização (socialização) da natureza e da sociedade na proporção em que o homem repassa a estas duas realidades objetivas o seu nível de desenvolvimento civilizatório. Todavia, no contexto de uma sociedade regulada pela propriedade privada dos meios de produção, sustentada pelo regime político, econômico e social capitalista, o nível de humanização é praticamente mínimo em vista de o burguês civilizado buscar produzir e comercializar para que haja a reprodução ampliada do capital em seu proveito pessoal e não da mãe-natureza integrada (natureza e sociedade).

Como humanizar o espaço integrado a favor da sociedade humana se uma minoria detém a posse dos meios fundamentais à socialização (terra, fábricas, energia, transportes, bancos, comunicações, etc.)?

Como humanizar o espaço integrado a favor da sociedade humana se o burguês capitalista só pode existir e perpetuar-se

explorar para si as potencialidades contidas no homem (trabalho físico e mental) e na natureza existentes nos espaços regionais rurais e urbanos?

Como socializar o espaço integrado a favor da sociedade humana se a lógica do capital é a de privatizar e não a de socializar? É bom que se diga que o capitalista é obrigado a socializar o trabalho, isto é, tornar o trabalho social, portanto, produto de muitos trabalhadores, a fim de que possa lucrar mais pela intensificação da exploração da mais-valia traduzida em aumento da jornada do trabalho suplementar e da produtividade; e jamais socializar os meios de produção, pois assim fazendo perderia a sua própria essência (natureza) exploradora e deixaria de ser capitalista.

Se há, no contexto de uma sociedade classista como a nossa uma certa humanização do espaço integrado, entendemo-la apenas como aculturação do espaço natural e naturalização de espaço social, resultante do trabalho produtivo em que o homem incorpora à mãe-natureza traços de seu desenvolvimento cultural. Simultaneamente, ele sofre uma determinada naturalização no seu suporte cultural, proporcional ao valor, respeito com que trata a Natureza, tentar atingir a dimensão de natureza integrada somente é possível na proporção em que sentimos a natureza não como um apêndice (como pensavam os primeiros naturalistas/evolucionistas), mas sim como a própria essência do nosso metabolismo - somos e existimos como natureza única. Sob o capitalismo é totalmente impossível socializar o patrimônio natural/cultural em benefício de todos, uma vez que a tônica da classe burguesa que dá sustentação ao regime capitalista é por natureza, isto é, faz parte de sua própria essência, a privatização crescente do patrimônio natural e social. A única socialização que há e que pode haver sob o capitalismo, notadamente nos países dependentes como o nosso, em termos de apropriação dos recursos e das riquezas é a favor da classe burguesa, em virtude de ser unicamente ela quem usufrui dos valores gerados pelo trabalho dos trabalhadores reais, da produção, dos espaços naturais e culturais como fontes de ganho, de descanso e lazer. Por deter a propriedade dos meios de produção a burguesia privatiza (o que quer dizer, socializa para si) as melhores terras, as melhores matas, as melhores fontes hídricas, as concentrações minerais, os ambientes atmosféricos, os melhores recantos, etc.), em bens sociais de lu-

cro e de gozo social. Basta olharmos para "os nossos rios" turísticos (como o Araguaia, por exemplo) para verificarmos quão difícil se torna, para a grande maioria da população, o acesso livre, desimpedido e sem ônus ao seu desfrute. Assistimos no dia-a-dia à privatização crescente do espaço fluvial que de lei pertence à União, e, portanto, deveria ser um patrimônio de todos e não de uns poucos privilegiados.

Muito em breve, nesta sequência especuladora, não haverá como chegar ao desfrute dos ambientes turísticos se não nos submetermos à condição de sócios de clubes, de recantos, de pousadas ou cousa parecida(*). Mas, isto tudo faz parte do funcionamento normal do modo de produção capitalista a que estamos submetidos. Não é nada de anormal quando visto sob a ótica dos dominados - quem possui, tem riqueza e tem poder. O capitalismo, com a classe que lhe dá sustentação política, econômica e ideológica (a burguesia) somente pode existir e reproduzir-se como sistema e como classe se conseguir manter a continuidade da capitalização ampliada. Isto subentende a obtenção do lucro máximo, uma vez que na arena capitalista a concorrência conduz sempre à eliminação dos mais fracos. A obtenção da ganância (lucro) é conseguida através de uma luta intestina em que sobrevive o mais forte, o mais sagaz, o mais aético, o mais rapina, sendo todos os meios empregados tidos como válidos e justificáveis pela moral burguesa.

Um dos instrumentos mais enganadores que a classe burguesa utiliza para ludibriar a classe trabalhadora está na propagação dos postulados do liberalismo econômico que colocam na cabeça das pessoas a falsa imagem de que "todos", sem distinção, po-

(*) determinados países capitalistas europeus que obtiveram avanços sociais ao longo de suas historicidades possuem hoje políticas mais avançadas de proteção ao meio ambiente. Isto é, há uma correspondência mais harmoniosa entre a privatização e a estatização (por exemplo, os países escandinavos). A explicação está vinculada ao fato de que estes países alimentam-se de capitais gerados a custa do subdesenvolvimento dos povos do "Terceiro Mundo", via imperialismo econômico. Verifica-se, portanto, a socialização dos espaços de vivência a favor dos espaços nacionais dos países tidos como desenvolvidos, calcada na privatização de territórios dos países dependentes, como sabemos, fontes maiores de lucro de sustentação do mundo desenvolvido.

dem enriquecer ou ficar bem de vida na conjuntura do capitalismo, uma vez que ele repassa a ideologia de que as pessoas são livres para disputarem "em igualdade de condições", o mercado da produção e da comercialização (livre concorrência). Em verdade sabemos que o grande capital monopolista elimina, praticamente, a quase totalidade dos seus pretensos concorrentes na arena capitalista.

Os trabalhadores não possuem os meios de produção, portanto, não possuem o poder de decisão, de determinação, não são responsáveis pela degradação ambiental praticada. Submetidos à contratação capitalista eles ficam à mercê da contingência do trabalho capitalista e, evidentemente, por razões concretas de suas existências não possuem condições objetivas de impedir a degradação do meio ambiente. As categorias mais politizadas de trabalhadores, as mais organizadas e disciplinadas já, imprimem em seus respectivos ambientes de trabalho lutas específicas no sentido de melhorar suas condições de trabalho. Mas, no geral, o trabalhador que somente possui a sua força física e mental de trabalho, e é obrigado a vendê-la a fim de que possa sobreviver e se reproduzir como trabalhador, não pode se empenhar na dimensão desejada para proteger o meio ambiente. Todavia, isto não significa que ele seja um alienado pois cada vez mais toma consciência e participa, no sentido de ser uma força canalizada na busca da ordenação racional do espaço do seu trabalho, descanso e lazer.

A responsabilidade maior pela degradação ambiental recai sobre os homens que detêm o poder político, econômico da nação, em vista de os níveis de responsabilidades serem diferenciados. Como indivíduos, não podemos ter a mesma responsabilidade dos possuidores dos meios de produção e do Estado, em razão da questão ambiental passar pela questão da propriedade dos meios de produções e posse do poder político.

O DISCURSO ECOLÓGICO NO QUADRO ATUAL DA REALIDADE BRASILEIRA

No presente, podemos enquadrar genericamente a teoria e a prática ecológica levada no território brasileiro em três posturas de comportamento social:

1. a dos empresários, que respondem por quatro níveis de prática:

a) os pequenos e médios empresários (e são muitos) que, por razão da concorrência intercapitalista e por possuírem fraco suporte de capital de giro, não tem como aplicar parte dos seus lucros na melhoria do meio ambiente, razão pela qual a luta ecológica não se insere no rol de suas preocupações;

b) os empresários (e são poucos) que equacionam, em parte, o desenvolvimento e a própria produção com a preservação do espaço produtivo. Num dado momento de positiva lucratividade eles investem uma parcela mínima do lucro na melhoria do meio ambiente, desde que não coloque em risco o seu poder de concorrência;

c) os que ficam apenas no discurso ecológico com o fito de tirarem proveito eleitoral ou vantagens oriundas de subsídios e de concessões;

d) os que transformam o meio geográfico em espaços/mercadorias (e são muitos) destinados a exaurir o máximo de renda, sem ter preocupação maior com a preservação ambiental em termos de utilização racional dos recursos naturais. O espaço produzido é espaço mercadoria, fonte de enriquecimento fácil e ilícito, a favor dos monopólios que operam com as grandes empresas. Este é o comportamento moral da maioria dos detentores das grandes empresas nacionais e transnacionais que atuam em todos os quadrantes do Brasil transformados em espaços regionalizados da produção e comercialização monopolista (*).

2. a de múltiplos segmentos da sociedade situados, principalmente, na pequena e média burguesia urbana (estudantes, funcionários, profissionais liberais, professores, artistas, etc), que adotam posturas, em sua maioria de cunho utópico, pelo fato de acreditarem ser "esta uma questão que se define pela vontade, pelo

(*) No próprio EE.UU que é o maior centro das matrizes multinacionais, o que se investe na produção do meio ambiente é, no geral, três vezes menos que o estabelecido pela legislação do País, enquanto que a militarização do progresso científico chega, nos dias atuais, a atingir 70% dos investimentos aplicados à investigação e experimentação científica.

querer das pessoas no sentido de poderem rever o comportamento dos indivíduos que destroem o meio ambiente". No geral, empregam o discurso do "verde pelo verde" buscando sensibilizar as pessoas e despertá-las para o grave problema dos impactos ambientais, reverter a consciência dos depredadores do meio ambiente;

São idealistas pelo fato de acreditarem que, no combate à destruição do meio ambiente é possível engajar N segmentos da sociedade independentes de suas posições ideológicas, como se fosse possível aglutinar patrões e trabalhadores numa mesma posição de luta. Esquecem que as classes são diferenciadas e que a questão ecológica é uma luta entre classes, as que detêm o capital e as que possuem o poder da força de trabalho.

3. a de um terceiro segmento, "mais realista, em virtude de procurar encaminhar as soluções dos problemas ecológicos/ambientais via incremento das lutas políticas. O problema é colocado contra a estrutura do Estado dependente do capital financeiro; contra grupos e empresas que detêm não só o capital monopolista, como também a posse e uso dos espaços regionais. Entendem que a luta política não elimina outras formas de luta, muito pelo contrário, ela se alimenta de todas, em especial da luta econômica. Como a luta econômica é - não a única e absoluta forma de luta - objetiva produzir mudanças na base econômica (a questão da posse dos meios de produção, da produção, da distribuição e consumo) e adquirir assim maior potencial de fogo contra os depredadores do binômio Natureza-Sociedade, constituindo-se numa força superior de produzir mudanças fundamentais na superestrutura (as diferentes formas de consciência social, política, jurídica, educacional, científica, ética, estética, religiosa, etc)". (Horieste Gomes, in A Questão Ecológica: Idealismo e Realismo).

Burgueses e trabalhadores são contrários e num determinado momento da maturidade (processo dialético) tornam-se antagônicos e irreconciliáveis. A História não se materializa pela coalisão entre as classes mas, muito pelo contrário, pelo embate sistemático de uma classe X outra classe. A coalisão de clases que são antagônicas é uma utopia ahistórica que povoa a cabeça de muitos verdistas por este Brasil afora.

DA TERRITORIALIDADE DA LUTA ECOLÓGICA

A luta ecológica/ambiental exige de nossa parte uma visão de globalidade dos fenômenos que afetam direta e indiretamente o nosso habitat. Não podemos, simplesmente, nos ater à questão da Amazônia, uma vez que a priorização de uma região ou área do território brasileiro, por si só, é insuficiente para combater a destruição galopante do nosso patrimônio natural/cultural, levando as pessoas a perderem a visão de conjunto que revelaria toda a dimensão da degradação levada à prática pelos grupos e empresas que compõem o complexo da oligarquia financeira. Assim como a destruição da Amazônia brasileira é um fato concreto abominável, que hoje desperta a atenção mundial, da mesma forma, a destruição dos Cerrados (campos-cerrados, cerradão, cerradinho, campos limpos, etc.) é marcada, talvez numa proporção ainda maior em seus 25% de cobertura vegetal do território brasileiro, pelo impacto voraz das multinacionais agro-pastoris que monopolizam a produção e comercialização da soja, do gado, da cana-de-açúcar, do algodão, do milho, do café, etc., dos agro-tóxicos e dos múltiplos implementos agrários. Os ecossistemas dos cerrados são rompidos e destruídos na proporção em que os monocultivos e o criatório quebram a diversidade do meio ambiente, destroem as cadeias alimentares e impõem uma padronização de poucos cultivos (monoculturas) sustentadas a base dos defensivos químicos agrícolas em prejuízo gritante de todo o patrimônio natural/cultural que envolve a nossa existência. Em nome da superprodução (supersafras) a favor do capital sacrificam a natureza e a sociedade. As nossas comunidades ficam cada vez mais pobres enquanto que a produção e sua conseqüente riqueza aumenta em benefício dos poucos possuidores dos meios de produção. O mesmo acontece com o Pantanal, as Caatingas, o Agreste, a Mata Atlântica, os Mangues, etc., enfim com todas as coberturas vegetais que são "biomas" importantíssimos para a nossa existência, os quais, conjuntamente com outros fatores ambientais como o clima, solo, águas, relevo ... dão sustentação aos ecossistemas, responsáveis naturais pelo equilíbrio da natureza integrada, portanto, pela nossa própria existência.

A destruição dos nossos Campos-cerrado é tão violenta quanto a destruição da floresta Amazônica, e suas implicações hoje são tão malévolas quanto a dilapidação do patrimônio amazônico. Nos cerrados (em sua abrangência total) há maior ocupação

humana e econômica materializada em múltiplas atividades ligadas à produção de monocultivos (em detrimento da policultura) e do criatório intensivo e extensivo. A mineração já atinge valores econômicos elevados, haja visto os inúmeros complexos minerais (províncias) distribuídos pela vasta superfície do Brasil e cobertos pela vegetação mais expressiva dos cerrados; como exemplo citamos os complexos de Barro Alto, Niquelândia, Cana Brava em Goiás.

A ética do capital é uma só em qualquer lugar que se apresenta. A única diferença que existe é quanto ao seu porte, seu poder de força de pressão, de dominação, de corrupção, etc.... É evidente que o porte do capital financeiro é muito superior ao capital comercial propriamente dito, ao capital usurário, ao capital industrial, quando tratados particularmente.

Nos dias atuais, a comercialização como categoria da produção joga um papel fundamental no processo de expansão do capital (acumulação e concentração).

A ECOLOGIA E A QUESTÃO AGRÁRIA

(O caso do Rio Araguaia) - Vejamos através de um exemplo concreto bem elucidativo, como é possível impedir a degradação do meio ambiente pelo emprego das variadas formas de lutas de cunho ecológico/ambiental (educacional, ética, estética, científica, jurídica, etc.,) se levarmos a luta política e a econômica a um questionamento mais profundo, isto é, a verdadeira natureza dos principais desequilíbrios produzidos pela ação nefasta do homem-mercenário causador dos denominados impactos ambientais:

- . a quem pertencem os meios de produção?
- . como são utilizados?
- . quem se beneficia dos resultados auferidos da produção?
- . qual moral atinente à natureza e à sociedade é praticada pelos detentores dos meios de produção?

Se tomarmos como exemplo a preservação (utilização racional) das nossas fontes hídricas (como as bacias hidrográficas), salta aos nossos olhos que é totalmente impossível impedir a

destruição progressiva e geométrica de nossos mananciais aquáticos espalhados por todos os quadrantes do Brasil, se não efetuarmos uma reforma agrária efetiva. A terra, como meio de produção, seria transformada numa propriedade social, portanto bem de todos, tratada com o devido respeito para que desempenhe além de sua função produtiva, a sua função de suporte inorgânico, vital para a biossese dos seres vivos. Como preservar o rio Araguaia se as fazendas de criatório e de cultivos chegam até as barrancas do seu leito rompendo, pela derrubada da vegetação natural, todo o suporte de proteção e sustentação ao equilíbrio do ecossistema entre o meio natural e o meio vivo animal ou vegetal?

Como preservar o rio Araguaia se milhares de toneladas de agrotóxicos são lançadas em seu leito por via indireta pela lixiviação, pela lavagem e erosão do solo - técnica agrícola de preparo de utilização do solo, de combate às pragas, de tratamento e assepsia dos animais - de maneira indiscriminada e terminam em grande parte, por incorporar-se aos caudais de nossas bacias fluviais (afluentes, subafluentes) que vão desaguar no rio principal?

Fica explícito que é totalmente impossível debelar o surgimento dos impactos ambientais se nós não questionarmos o papel nocivo da classe (a burguesia) que detém a posse da terra como meio de produção, e se não lutarmos de forma organizada com o objetivo maior de mudarmos a relação de propriedade. Fica evidente que todas as formas de luta são válidas e necessárias, todavia, há que priorizar as lutas econômica e política pelo fato de serem as determinantes no processo da mudança que visamos implantar como realidade natural/social superior em termos de existência efetiva para as gerações do presente e do futuro.

A questão do Araguaia não é uma questão isolada dentro do contexto brasileiro, muito embora cada rio e sua bacia possua a sua própria particularidade. A necessidade de salvarmos o rio Araguaia é uma tarefa urgente que se coloca ante todas as pessoas conscientes. Da mesma forma torna-se urgente salvarmos todas as áreas e regiões brasileiras que estão sendo criminosamente degradadas e destruídas pelos que colocam a riqueza material individual acima do bem comum, notadamente os grandes empresários nacionais e transnacionais que transformaram e transformam o território brasileiro em espaços/mercadorias de ganância máxima. Aliás, a es-

sência do modo de produção capitalista calcada na propriedade privada dos meios de produção coloca como imperativa a necessidade da crescente reprodução ampliada do capital - acumular e concentrar - tendo em vista que a concorrência interempresas capitalistas é uma constante no sistema capitalista. Nos dias presente, na partilha do espaço da produção e, principalmente, da comercialização, impera a lei do mais forte, do que tem mais poder de corromper consciências e de dominar. Muito embora ainda haja alianças entre os poderosos grupos econômicos/financeiros, como as que houveram na fase do capitalismo monopolista, na fase do atual estágio de desenvolvimento capitalista - capitalismo monopolista de Estado, isto é, os Estados Nacionais dependentes a serviço do grande capital financeiro multinacional, as alianças tornam-se cada vez mais difíceis, menos consistentes e duradouras. Na proporção em que crescem os movimentos de liberação nacionais, os anseios, as aspirações de uma sociedade internacional mais justa e igualitária, pautada na interdependência Homem - Natureza (interação mútua) cresce em quantidade e qualidade uma consciência social que começa a cobrar e se posicionar politicamente ante os detratores da Mãe Natureza e da Sociedade, vindo-as como patrimônios maiores para a nossa vida material e espiritual em termos de vivência terrena.

Começa a surgir uma consciência social que corresponde aos anseios maiores da sociedade (sociedade humanizada), que deseja que o espaço de nossa existência presente e futura seja preservado em seus valores naturais e sociais. Isto significa que a ciência, a técnica e a produção não podem ser manipulados e acionados no sentido de satisfazer interesses que não coadunam (não possuem correspondência social) com os interesses da maioria da população. Há que se utilizar racionalmente os recursos naturais renováveis e não renováveis do solo, do subsolo, da atmosfera, as matérias-primas, a fim de manter-se o equilíbrio dos ciclos naturais submetidos às suas leis de reprodução.

Há que crescer esta nova consciência que deseja para si e para toda a sociedade presente e futura, o espaço utilizado e preservado em seus valores integrais. No conjunto, esse posicionamento social crescente traduz o processo das lutas entre as classes que no presente se encontram antagônicamente divididas - possuidoras e não possuidoras dos meios de produção.

Uma minoria detém todo este potencial de recursos e riquezas, em detrimento do conjunto maior da população brasileira que se encontram - como é do conhecimento público - despojada, no sentido do uso social da quase totalidade dos bens gerados pela natureza e pelo trabalhador efetivo dos reais produtores, o que subentende dizer, os trabalhadores que produziram e vêm produzindo ao longo da História brasileira, os bens sociais que consumimos e os que deveríamos consumir.

A luta para a humanização do espaço produzido e a ser produzido, subentende dotá-lo de dimensão social para toda a comunidade brasileira, e exige que transformemos a natureza em si em natureza para nós, a sociedade em si em sociedade para nós.

Natureza Integrada — Natureza e Sociedade em Si -
Natureza e Sociedade para nós